

Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens

Claudia Maria Prudêncio de Mera

Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: cmera@unicruz.edu.br

Denisa Soares

Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: denisoares@hotmail.com

Suzimary Specht

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: suzimary.specht@ufsm.br

Roni Blume

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil
e-mail: roniblume@yahoo.com.br

Resumo

Neste estudo objetivou-se analisar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos por barragens, de um reassentamento organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, migrantes da Barragem de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada nesta pesquisa é descritiva de tipo qualitativa, com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos mesmos. Foram identificadas as dificuldades que os agricultores enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural no novo começo campo/lavoura, após a migração de serra/roça para o reassentamento e as novas organizações advindas com a reorientação desta migração dos agricultores atingidos por barragens. Por fim conclui-se que ao se depararem com dinâmicas endógenas que estavam territorializadas nos seus modos de organização social, os mesmos tiveram dificuldades para criar novas bases à apropriação do território.

Palavras-chave: Agricultura familiar; reassentamento; território; migrações.

From sierra/farm to the field crop/ tillage territory: socioeconomic and cultural transformations of rural people resettlement affected by dams

Abstract

This study brings the results of a survey that collected data of the Territorial transformations from the settings and the socioeconomic and cultural transformations of family farmers affected by dams of a resettlement organized by MAB, migrant of the Dona Francisca dam, in the State of Rio Grande do Sul. The methodology used in this research is descriptive, from qualitative nature, using semi-structured interviews to record data about the routines of farmers in family agriculture. Were also identified the difficulties farmers face in the development of their activities in rural areas in the new beginning/crop field after migrating from Sierra/farm for resettlement and the new organizations arising with the reorientation of this migration of farmers affected people. It concludes is when facing endogenous dynamics that were

territorialized in their modes of social organization, they had difficulties to create new bases for the appropriation of the territory.

Keywords: Family agriculture; resettlement; territory; migrations.

De la sierra/finca para el territorio campo/cultivo: transformaciones socioeconómicas y culturales de reasentados rurales afectados por represas

Resumen

El objetivo del presente trabajo es analizar las transformaciones territoriales provenientes de las configuraciones socioeconómicas y culturales ocurridas con agricultores familiares afectados por represas. Estos agricultores pertenecen a un reasentamiento organizado por el Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB y son migrantes de la represa Dona Francisca, localizada en el estado Rio Grande do Sul. La metodología utilizada en esta investigación es descriptiva del tipo cualitativa, con aplicación de entrevistas semiestructuradas a los migrantes. Se identificaron las dificultades que los agricultores enfrentan para el desarrollo de sus actividades en el medio rural en el nuevo comienzo campo/agricultura, después de la migración de la sierra/finca para el reasentamiento y las nuevas organizaciones resultantes de la reorientación de los agricultores afectados por embalses. Se concluye que al encontrarse con dinámicas endógenas que estaban territorializadas en sus formas de organización social, los agricultores tuvieron dificultades para crear nuevas bases para la apropiación del territorio.

Palabras-clave: Agricultura familiar; reasentamiento; territorio; migraciones.

Introdução

A construção de hidrelétricas no Brasil teve início na década de 1950, devido a dificuldades de importação de carvão e derivados do petróleo. No entanto, a discussão sobre a temática que trata de reassentamentos de agricultores atingidos por barragens e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, ampliaram-se na década de 1970. É neste período que ocorreram duas graves crises energéticas mundiais. Para Gremaud (2002), tanto a crise do petróleo de 1973 quanto à ocorrida em 1979 quadruplicaram o preço do petróleo, o que fez com que os países buscassem novas formas de gerar energia, em substituição ao petróleo.

Uma das formas de geração de energia foi o aprofundamento da infraestrutura do setor hidrelétrico e a construção de barragens em rios, em várias regiões do país. De acordo com o MAB (2016), se por um lado ampliou-se o potencial de aproveitamento da energia, por outro, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam próximas às margens dos rios. A consequência foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terra e algumas foram reassentadas em outras áreas rurais do país. A princípio a indenização deveria garantir a permanência na terra, no entanto, a forma de indenização dos atingidos por barragens foi bastante diversa.

Neste contexto, segundo Silva e Silva (2012, p. 02), “surge uma categoria de análise nas ciências humanas, que se ocupa em estudar os efeitos socioespaciais que as barragens impõem: o atingido.” Ainda de acordo com os autores, a construção de hidrelétricas são projetos que desconsideram as populações que ali vivem e possuem vínculo identitário com a área a ser inundada. Entre os impactos sociais ocasionados pela construção de uma hidrelétrica está o deslocamento compulsório, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos impactados com o seu lugar de moradia e com os elementos que fazem parte do seu modo de vida. Portanto, é nesta questão de reassentamentos que incide a significativa diferença entre os assentados e reassentados; enquanto os primeiros migram voluntariamente em busca de melhores condições de vida, os outros são obrigados a deixar seus espaços de forma compulsória.

Para Soares, Froëhlich e Marques (2007), as famílias atingidas por barragens são, muitas vezes, agricultores com menor poder aquisitivo e acabam sofrendo com as mudanças a que são submetidos, excedendo a sua capacidade de resposta à situação em que foram inseridos.

No Rio Grande do Sul, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2012), existem oito reassentamentos que se concentram nas regiões Nordeste, Central e Noroeste do Estado. No caso deste estudo, foram analisadas as configurações e as transformações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos pela construção da Barragem de Dona Francisca, da Hidrelétrica Dona Francisca, localizada no Rio Jacuí, nos municípios de Agudo e Nova Palma, na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, que foram reassentados.

A concessão foi adquirida em 1998 e a operação da Usina teve início em 2001. Neste mesmo ano, foi realizado um levantamento com o objetivo de realizar um diagnóstico das famílias reassentadas em função do deslocamento provocado pela Barragem Dona Francisca (MAB, 2016). Neste levantamento foram identificadas famílias adaptadas à nova realidade, famílias com dificuldade de adaptação e famílias vulneráveis. Segundo o diagnóstico, as famílias classificadas como vulneráveis são incapazes de se desenvolverem na nova propriedade e de garantir a subsistência familiar, situação que provavelmente levará ao abandono da gleba e ao agravamento das condições de sobrevivência de seus membros.

O que pode estar ocorrendo nestes processos de mudanças são rupturas nas trajetórias territoriais, pelas desterritorializações das áreas rurais às margens do Rio Jacuí e simultaneamente as reterritorializações no reassentamento, que transformaram o novo habitat em território. Contudo, cabe salientar que a territorialização não deveria ser forçada, pois segundo pesquisadores envolve processos complexos e multidimensionais marcados no tempo e no espaço.

Segundo Heidrich (1998), o habitat não é um território, este só se efetiva se houver o ato de apropriação. Para o autor, a apropriação é mais que o domínio das condições físicas e naturais, é o uso efetivo do espaço pela comunidade para formalizar a sua permanência transformando a natureza através do trabalho, de modo a produzir riquezas de forma organizada.

Para Raffestin (1983) a apropriação também se manifesta em forma de pertencimento efetivada pela posse material e simbólica do espaço materializando as impressões digitais da comunidade com o transcorrer do tempo na sua história.

Ampliando o sentido da territorialização, Haesbaert (2002) aponta que esta pode ocorrer sob múltiplas formas de construção e apropriação concreta ou abstrata do espaço social. É determinada pela interação de elementos como: o poder político e disciplinar, as questões relativas aos interesses econômicos, as necessidades ecológicas, o desejo e a subjetividade. A definição proporcionada pelo autor amplia o espectro de análise sugerindo a multiplicidade das dimensões. Nesta, também se verifica a indicação da simultaneidade e a concomitância, onde novos elementos passam a fazer parte da valorização material do espaço. Assim, a reprodução material interage com diferentes iniciativas visando à preservação ecológica, o lazer, a qualidade de vida, em suma, uma nova configuração oriunda das transformações socioeconômicas e culturais, dando um diferente sentido para a apropriação do novo território.

A partir desta situação, este trabalho tem como objetivo analisar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares migrantes da Barragem de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul, que foram reassentados em um novo local, organizado pelo MAB¹

Procedimentos metodológicos

A metodologia para avaliar a atual situação destes agricultores familiares, domiciliados em um reassentamento, será a descritiva do tipo qualitativa. Para o estudo foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a treze agricultores familiares, denominados na ordem alfabética, de entrevistados A à M. Segundo Gil (2008), uma das peculiaridades da pesquisa descritiva é que esta procura descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. O caso da metodologia qualitativa, segundo Minayo (2000, p. 134) é relevante para ciência, pois busca:

- (a) compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos; (b) compreender as relações que se dão entre atores sociais tanto no âmbito das instituições como dos movimentos sociais;

¹ A localização e o nome do reassentamento foram omitidos, a pedido dos entrevistados.

e (c) avaliar das políticas públicas e sociais tanto do ponto de vista de uma formação, aplicação técnica, como dos usuários a quem se destina.

As entrevistas foram aplicadas no período de julho a outubro de 2016. A seleção dos entrevistados foi baseada em dois critérios: ser residente no assentamento e possuir o Termo de Posse (documento de ocupação) de um lote de terras de 18 hectares.

De acordo com Marques (2005), todas as famílias atingidas pela construção da Barragem de Dona Francisca foram incluídas em algum tipo de reassentamento. Destas, 82 famílias foram reassentadas em áreas individuais (até 20 hectares cada área) em municípios da região da hidrelétrica. Por outro lado, 50 famílias foram reassentadas em áreas remanescentes, adquiridas durante o processo de desapropriação e que tinham condições de acesso e de cultivo.

O reassentamento lócus deste estudo foi criado em 2000, tendo uma área de 749,06 hectares. Na sua formação original residiam 38 agricultores. Em 2016 residiam no mesmo, somente treze famílias de agricultores.

A análise dos dados qualitativos foi realizada pelo método de análise de conteúdo. Este método de análise objetiva classificar palavras, frases, ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo, comparando as respostas. Segundo Ribeiro e Nodari (2001), a estratégia é tratar os dados descritivos como fato, ou seja, que os dados falem por si mesmos. A descrição dos dados da pesquisa apresenta extratos retirados diretamente das anotações originais.

Perfil dos entrevistados

Os participantes da pesquisa têm idade média de 46 anos, sendo que as faixas etárias variam entre 25 a 67 anos. Estes moradores, na sua maioria, são naturais de municípios atingidos por barragens. Dos treze entrevistados, oito foram indenizados a partir da Barragem de Dona Francisca, quatro moradores vieram de outras cidades (Nonoai, Santo Ângelo e Lagoa Vermelha) e compraram o direito de uso de um lote de terras nesse reassentamento, e um morador permutou (trocou de comum acordo) sua área de terras com uma família no reassentamento Júlio de Castilhos/RS.

Quanto à escolaridade, um entrevistado se considerou sem escolaridade, sete não concluíram o ensino fundamental, dois concluíram o ensino fundamental, um não concluiu o ensino médio e dois concluíram o ensino médio. Os dados são similares aos apontados pelo IBGE (2006), em relação a população total do município onde está localizado o reassentamento, que possui 67,66% dos munícipes com ensino fundamental incompleto.

O reassentamento foi criado há dezesseis anos, e os entrevistados estão residindo, em média, há treze anos no reassentamento, sendo dezesseis anos o que está há mais tempo

e quatro anos o de menos tempo. A família com menos tempo de residência no reassentamento tem o maior número de pessoas residindo e produz a grande maioria dos alimentos que consome.

Atualmente, residem em média três pessoas nas famílias reassentadas, sendo que em dois domicílios reside apenas uma pessoa. De acordo com os dados do IBGE (2006), residem nos estabelecimentos rurais do município onde está localizado o reassentamento, em torno de duas a quatro pessoas, totalizando 4.261 residentes no meio rural.

Na família com seis pessoas nota-se que, apesar de serem os moradores mais recentes do reassentamento, demonstram entusiasmo e inovação em seus cultivos, trazendo novas perspectivas em seus métodos de cultivo, inovando com fruticultura, criação de animais e produção de verduras. Estes fizeram um replanejamento do plantio das árvores frutíferas, fazendo uma barreira de proteção com capim elefante e afins, evitando a deriva da lavoura de soja que são as lavouras de monocultura de plantadores arrendatários. Outro aspecto é a diversificação de cultivos, a rotação de culturas, cuidados sustentáveis com o solo, as águas e os demais recursos naturais da propriedade.

Sobre a renda das famílias, oito reassentados têm na comercialização do leite e da soja a principal renda da família. Um reassentado produz somente leite, um produz milho, outro assentado produz soja e gado, um produz a lavoura de milho, soja, trigo, feijão, aveia, verduras, mandioca e batatas e um entrevistado arrenda a sua terra para outros produtores que plantam grandes lavouras de soja. A fração de terra de dezoito hectares dificulta às famílias terem gado, soja, milho, verduras, etc. A área é pequena, e quando o agricultor opta em plantar soja sobra pouca terra para gado e outras cultivos. Nas propriedades que integraram o estudo existe uma participação significativa da produção de soja, mesmo tratando-se de produtores familiares. No município onde está o reassentamento, o percentual de soja da agricultura familiar é de 27,36%; e 82,60% produzem pecuária leiteira comercialmente.

Sobre as rendas não agrícolas, nove não possuem outra renda além da agrícola e quatro possuem outras rendas, provenientes de aposentadorias ou pensões. Além disso, não possuem outras atividades além das praticadas no reassentamento, o que difere de outros produtores do município, pois segundo dados do IBGE (2006) cerca de 70% das pessoas que vivem no meio rural do município onde está localizado o reassentamento estudado declaram ter atividades econômicas fora do estabelecimento familiar, 36,69% empregam seu trabalho em atividades ligadas ao agronegócio, como cooperativas, prestação de serviços, empresas de assistência técnica, comercialização de grãos, e 63,31% em outros segmentos não agrícolas.

Caracterização da região do reassentamento

A localização do reassentamento, lócus deste estudo situa-se na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Pode-se explicar a evolução da região através de duas trajetórias. Inicialmente uma economia alicerçada na exploração de agricultura de subsistência e pecuária bovina que, após, transformou-se em produtora e exportadora de grãos, pela expansão das culturas de trigo, milho e, principalmente, soja, não pela exclusividade, mas pela predominância.

Para Frantz (1980), é a partir da década de 1960 que surgem as granjas de trigo e soja na região, sendo que, como em outras regiões do estado e país, o crescimento econômico regional foi pautado em uma modernização desenvolvimentista, através de um arcabouço estatal (crédito rural subsidiado, pesquisa e extensão rural pública).

Assim, junto com a expansão da lavoura de grãos foi articulado um novo sistema de produção e foram constituídas novas relações sociais, econômicas e de produção, dos produtores com o mercado, e novas formas de cooperativismo e sindicatos, mudanças estas, fundamentais no meio rural da região, com predominância até os dias atuais.

Quanto à questão da estrutura fundiária, segundo dados do IBGE (1985), após os anos 60, a região apresentou uma redução significativa do tamanho dos estabelecimentos rurais. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, 70% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares, que ocupam menos de 30% da área. No município onde está localizado o reassentamento estudado, esse número é ainda menor, sendo que a agricultura familiar representa 75,22% dos 1.336 estabelecimentos rurais, ocupando somente 10,30% da área produzida. O município possui apenas 9,25% dos produtores com áreas entre 50 e 100 ha, o que demonstra uma forte concentração de terras, pois 26% têm áreas entre 50 e 100 ha e o restante mais que 100 hectares.

Até meados da década de 90, a produção leiteira era uma importante atividade econômica na maioria dos municípios da região, tendo havido, a partir de então, uma alteração significativa na matriz produtiva de alguns municípios, que passaram quase que exclusivamente para a monocultura da soja, milho, trigo etc. A partir de 2005, após consecutivas quebras nas safras de grãos e a instalação de plantas industriais de laticínios, a atividade leiteira voltou a ser significativa.

Também cabe destacar que no município e região existem além dos reassentamentos de agricultores atingidos por barragens, um número significativo de famílias assentadas pelo programa de reforma agrária.

Pode-se dizer que as características da região remetem a um desenvolvimento agrícola retratado como um modelo que tem as suas variáveis centrais de reprodução determinadas por ações modernizadoras dos processos produtivos e alicerçadas no aumento

de produtividade, no investimento de máquinas e equipamentos, na busca de uma economia de escala e consequente concentração de terra, sendo determinado por critérios econômicos ligados restritamente à questão agrícola, e que são intrínsecos à realidade dos agricultores familiares e não familiares, assentados ou não.

Processo de migração dos agricultores atingidos pela Barragem de Dona Francisca

A Barragem de Dona Francisca, RS, foi planejada por muitos anos, até sua efetivação, pois este empreendimento mudaria as condições de vida social, econômica e cultural. As famílias foram indenizadas em dinheiro, pelas terras e infraestrutura das suas propriedades que foram atingidas pelo alagamento da barragem, através do MAB. A Figura 1 mostra o local de origem dos produtores reassentados.

Figura 1- Localidade de origem dos produtores reassentados



Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, frente à resistência de parte destas famílias em se desterritorializarem, abandonando suas casas, terra e lembranças emocionais, e a fim de facilitar a aceitação das famílias para saírem das diversas localidades ao longo das margens do Rio Jacuí foi oferecida também, a oportunidade de cada família e de cada filho maior de 18 anos, habilitar-se a receber um lote de 18 hectares de terras localizadas em fazendas desapropriadas pelo Estado.

Naquele momento houve, portanto, a opção por reassentamento em uma fazenda desapropriada (Figura 2), que foi ofertada pelo MAB para realocar os agricultores familiares advindos das desapropriações da Barragem de Dona Francisca. Esta opção foi a escolhida por 38 famílias agricultoras,

Figura 2 - Área do reassentamento destino dos migrantes da Barragem Dona Francisca



Fonte: Pesquisa de campo

Durante os anos iniciais, cada família recebeu subsídios para investir na propriedade, sendo construída pelo Estado uma comunidade social com salão comunitário, com espaço de lazer, cancha de bochas, escola para atender até o ensino fundamental, igreja e campo de futebol, constituindo-se como uma agrovila (Figura 3). A preocupação foi de construir todo o possível, dentro das necessidades de adaptação de todas as famílias, com acesso à eletricidade, água potável, estradas e toda infraestrutura que possuíam em suas moradias e comunidade de origem.

Figura 3 - Agrovila formada no início do reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Quando começou o processo de sensibilização para a desterritorialização das famílias atingidas pela Barragem de Dona Francisca, as pessoas mais velhas das famílias

registravam tudo o que possuíam em suas propriedades e na comunidade, para que tudo pudesse ser feito de modo satisfatório na comunidade de destino.

No início do processo de reassentamento, as famílias foram se estabelecendo em um hectare de terra na sede da velha fazenda. Segundo muitos comentários e lembranças, os entrevistados referem-se a esta estrutura inicial como “agrovila”, um “aglomerado de pequenas casas construídas pela organização do MAB”. Essas casinhas foram construídas em reduzido espaço de terras localizadas na sede da fazenda. E assim, instalados nessas casas, as famílias ficaram um ano, esperando a burocracia que regia os trâmites de demarcação dos lotes de terras. Após os rearranjos e determinação da localização ocorreu a distribuição dos lotes de terra de 18 hectares aos “contemplados”.

A escola, o salão e o campo de futebol (Figuras 4, 5 e 6, respectivamente) foram sendo construídos aos poucos a partir dos primeiros anos de implantação da infraestrutura obrigatória prometida pelo Estado e o MAB. O salão comunitário também serve de espaço para a prática religiosa. Todas as famílias se denominam católicas, apesar de alguns serem evangélicos. No salão da comunidade há uma pista de dança e uma cancha de bochas de piso batido. Conforme a fala dos entrevistados, as pessoas da comunidade já foram mais participativas. Mas em domingos, feriados, datas festivas e comemorativas o salão ainda é o ponto de encontro, além do campo de futebol que é próximo ao salão, e é utilizado principalmente pela juventude local e os visitantes para os jogos.

Figura 04 - Escola Municipal de Ensino Fundamental localizada no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 5 - Igreja e Salão Paroquial Comunitário e Religioso do Reassentamento



Fonte: Pesquisa de campo

Figura 6 - Campo de Futebol localizado no Reassentamento



Fonte: Pesquisa de Campo

Estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário que se depararam no município se comparados ao anterior, antes da migração

Dos treze residentes, oito faziam parte do grupo originalmente reassentado. Os demais compraram ou realizaram permuta dos lotes de terra. Essas permutas acontecem entre assentamentos e por decisão e comum acordo entre os donos de lotes de terra dos diferentes assentamentos e reassentamentos no município e na região. Estas ações não são permitidas legalmente, mas há algumas diretrizes diferenciadas por serem terras que devem ser produtivas e produzidas. Mas, frente às muitas regras e normativas que regem as determinações de propriedades e posse, corroboraram dois entrevistados: “Eu cheguei há nove anos, eu vim de Júlio de Castilhos, eu comprei a metade de um lote de uma mulher que também tinha se separado. Foi difícil, foi bem difícil o começo, longe demais, difícil acesso” (ENTREVISTADO G). “Nós viemos depois de vir uns vizinhos e daí compramos aqui”. (ENTREVISTADO J).

Pode-se dizer que os agricultores que chegaram ao reassentamento se depararam com uma realidade totalmente diferente daquela de onde viviam. Consideram que tiveram dificuldades de se adaptar ao “novo” que encontraram no reassentamento. Para muitos, a nova realidade na qual se depararam nos momentos iniciais foi desoladora, conforme relatos de alguns entrevistados: “Dava vontade de bota a trouxa nas costas e sair”. [...] hoje não quero falar (ENTREVISTADO C). “Tudo difícil, lá era melhor. [...] Foi bem difícil, até abaixo assinado fizeram para tirar nós daqui, e lá era melhor que aqui” (ENTREVISTADO K). “Nossa chegada foi muito boa, mas manter hoje tá muito sofrido, massacrado. [...] Mudou tudo, e lá plantava milho, feijão, fumo, mandioca, de tudo, verdura de tudo” (ENTREVISTADO I).

Ainda, conforme outros entrevistados:

Na verdade vinha de uma cultura de terras “dobradas” com cultura do fumo, feijão, milho, e verduras de todo tipo, com trabalho manual, enxada e foice e boi com arado e aqui é uma cultura no campo plantando soja, e para essas coisas novas tem que ser tudo com máquinas. Quando cheguei a maioria das pessoas já estavam aqui, eu estudava na Serra Gaúcha e numa visita a família, resolvi voltar e buscar o direito a um lote de terras. Eu voltei e com minha família, a mãe e um irmão. Passamos longo tempo planejando como faríamos, ficamos morando mais de um ano na agrovila, onde as pessoas não estavam acostumadas a viver tão perto, sem saber ao certo a localização de cada lote de terras para já irem plantando uma árvore ou outras coisas, os animais ficavam em grandes áreas e cada dono de animais ia organizando piquetes [...] Na agrovila, muitas pessoas, pouco espaço, tendo que conviver em banheiros e lavanderias coletivas, com dificuldades pelos diferentes costumes e comportamentos [...] Mas também por que demorou a demarcação dos lotes, foi triste e sofrido, ficávamos esperando demarcar os lotes para fazer a casa e galpões e separar os animais, plantar frutas e tudo mais [...] muito ociosos e na angústia por mudar-se para uma casa nova (ENTREVISTADO B).

Olha, tive dificuldades sim, por que foi acordado entre o movimento de barragens e o Estado, e aqui a implantação foi diferente, as construções foram mal feitas e com materiais muito inferiores; [...] Lá a gente morava era num sistema colonial, planta o quer, do jeito que quer e vende pra quem quer. Era autônomo e aqui já foi um pouco reprimido, e principalmente a agrovila, foi um colapso pois eram 38 moradores em menos de um hectare de terras e as pessoas não tinham aquele modo de vida e as pessoas não tinham aquela postura (ENTREVISTADO H).

Como cada lugar tem sua história, cultura e um modo de organização individual e social, para a maioria dos entrevistados, o processo de reterritorialização foi difícil por vários motivos: tipos de moradia, estradas ruins dificultando o acesso e escoamento da produção, configuração física do lote (relevo e tipo de solo) e o preconceito da população da cidade com os reassentados.

A chegada aqui eu me apavorei, eu pensei que a gente ficou tudo numa favela, uma casa do lado da outra, aquilo ali virou uma discussão, durou um ano e pouco aquela favela, e os grupos também foi uma coisa bem errada, uma individualização. Aqui a diferença é que precisa bastante terra para

sobreviver, lá com menos terra a gente fazia mais dinheiro, tem que ser tudo muito bem administrado (ENTREVISTADO M).

Alguns vieram em razão do casamento. “Eu cheguei com meu pai em setembro de 2008, eu vim solteira, vim morar com meu pai e comecei namorar o vizinho e dali dois anos nos casamos” (ENTREVISTADO E). “Senti diferença no clima e também aqui tenho uma vida de casada, lá também lidava com o leite eu sempre morava no interior” (ENTREVISTADO D).

A grande maioria dos reassentados afirma que, apesar da roça/serra não ter sido uma agrovila, eles trabalhavam em grupo, durante o período de mais trabalho como no plantio e na colheita. As famílias trocavam trabalho e se reuniam em mutirões para se ajudarem uns aos outros. Na realidade atual, do campo/lavoura “é cada um por si”. Além disso, a produção era diversificada. Conforme um dos entrevistados: “Era de tudo um pouco, plantava e criava os animais quase tudo que a terra podia produzir” (ENTREVISTADO C). “Naquela região já nasciam sendo ensinados a plantar e trabalhar, os pais ensinavam e era 100% manual”. (Entrevistado G). “Nós lá plantava de tudo, milho, feijão, verdura, fumo e tudo e aqui fica só o leite e a soja” (ENTREVISTADO M). “Olha, antes a gente plantava o milho, a EMATER trazia os cursos, a gente se reunia e fazia os cursos de objetos de palhas e comidas a base de milho e do leite ensinaram fazer o queijo e a ricota; agora não há nada disto” (ENTREVISTADO N). Conforme outro entrevistado:

Antes de chegar aqui era plantio de fumo para vender e feijão, milho e todas as verduras para consumo e criar os animais. Produzíamos tudo para os gastos e despesas da família. Todos aprendiam com os mais velhos, avós, pais, vizinhos mais velhos, meio herança de pai para filho. A produção era de pequenas áreas. E também tínhamos a produção de gado de corte nelore e crioulo. E aqui mudou tudo, mas adaptamos para gado de leite, produção de milho e pastagem e um pouco de soja. (ENTREVISTADO B).

Se comparadas, as práticas realizadas por estes produtores na realidade anterior ao reassentamento mudaram em vários aspectos, desde o tipo de relações de trabalho que eles desenvolviam (mutirão/trabalho coletivo/trocas de trabalho) e também mudaram as relações ao longo dos anos na comunidade do reassentamento. “Mudou tudo, de feirante para plantador de soja e produtor de leite. [...] lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja, mas olha até é difícil de responder isso daí” (ENTREVISTADO A). “Era juntos e plantava de tudo e vendiam na feira em Santa Maria, mudanças mais difíceis era as amizades de vizinhos, nossa comunidade precisa melhorar, aqui tá terminada a comunidade” (ENTREVISTADO C). “Lá era tudo, o boi e eu plantava quatro hectares de fumo, mas aqui essa terra da só pra leite e soja, aqui cada um por si e lá era uma montoeira de gente se ajudando” (ENTREVISTADO M).

Uma das mudanças ocorridas a partir do reassentamento foi a necessidade do uso de máquinas e equipamentos, pois o relevo exige manejo diferente e investimento de cobertura de solo, o que segundo os entrevistados exige um investimento na produção e mecanização para aumentar a produtividade. “Acho que agora cada proprietário tem sua máquina, antes tinha muita gente que lavravam com boi e arado e agora não” (ENTREVISTADO D). “Já acabei falando antes, mas aqui é tudo com máquina e muito diferente; antes de ter um trator forte e equipamentos pagávamos hora/máquina” (ENTREVISTADO E). “Lá lavrava com boi e arado e aqui tem trator já faz nove anos, pra trabalhar é bom, mas a terra não fica boa, prejudica” (ENTREVISTADO C). “Já tinha máquinas, era máquinas do pai, agora tenho as minhas” (ENTREVISTADO G). “Tudo com o tempo vai desenvolvendo e as máquinas, aqui arado é pouco, tem diversificação. [...] algumas pessoas foram embora que não se adaptaram, não gostam do trabalho, não se adaptaram a cultura de soja e leite e foram embora” (ENTREVISTADO I). “Aqui o trator faz, pagamos horas de trator e lá era arado e boi” (ENTREVISTADO J). “Mudou, mudou bastante, hoje cada um tem sua maquinazinha para lidar (ENTREVISTADO L). “Aqui as máquinas fazem muito melhor e lá era tudo a mão” a “muque” aqui é tudo a máquina”. [...] A gente tenta manter, mas hoje tá muito sofrido, massacrado” (ENTREVISTADO M).

Antes do reassentamento, quem cuidava do trabalho eram os homens, organizando a divisão de tarefas na produção agropecuária e as mulheres cuidavam da alimentação e da atividade leiteira. As práticas sociais, quanto à divisão na mão de obra conforme o gênero, foram reproduzidas na comunidade do reassentamento, sendo ainda os cuidados com a casa e alimentação um encargo das mulheres da família. “Aqui é a mesma coisa, eu lido com o leite e entro e faço a comida e ajudo também na roça, eu cuido da casa, roupa e quando precisa dou uma mão pra ele na lavoura” (ENTREVISTADO E). “As mulheres que cuidam da alimentação e eu e o meu filho combinamos o que fazer” (ENTREVISTADO M). “Sim, na parte da comida mais da mulher, e o homem mais na lavoura e nas máquinas” (ENTREVISTADO F). “As mulheres que cuidam da comida, o resto eu aqui faço tudo sozinho” (ENTREVISTADO I). Um dos entrevistados corrobora:

Os chefes da família, o pai cuidava da divisão de tarefas e a mãe cuidava da organização da alimentação e também das roças de verduras. As decisões sobre o que plantar e onde e como plantar era conversado em casa, e o pai e a mãe iam ensinando. E logo cedo todos os filhos já sabiam e opinavam em como plantar, principalmente a parte de horta, verduras, feijão, milho, frutas e pastagens para os animais. (ENTREVISTADO B).

Um aspecto importante é como ocorria e ocorre atualmente a transmissão dos saberes, antes e depois do reassentamento. A maioria relata que os saberes eram passados dos pais para os filhos, e assim sucessivamente, também no que diz respeito a fazer a roça, plantar, colher, vender, etc., como nos relatam alguns entrevistados. “De pai para filho. A mãe

me ensinou a trabalhar, e aqui eu tive que reaprender a fazer mudanças de tudo, de cultura e de diferentes jeitos de fazer e estabelecer, e ensino meu filho” (ENTREVISTADO A). “Na lavoura de pai para filho, na casa de mãe que me ensinava, de olhar e aprender” (ENTREVISTADO E).

E depois do reassentamento, ao longo dos anos na Comunidade, ocorreram mudanças significativas, pois na perspectiva da mecanização e tecnologia, são os filhos que estão buscando aprender para ensinar os mais velhos da família. Conforme os entrevistados, “Olha isso muda, por que no meu caso o meu filho trabalha com máquina e pra ti ver já foi trabalhar até no Mato Grosso (ENTREVISTADO H). “Nossos tempos passados não voltam mais, não adianta mais ensinar os filhos, eu ensino, mais tem coisas que não sei ensinar, não sei nem explicar essas coisas da tecnologia e máquinas” (ENTREVISTADO C).

E o relato do entrevistado sintetiza as discussões feitas sobre as adaptações e mudanças no processo produtivo:

Antes e aqui também os ensinamentos são de pai para filho, hoje já ensino e levo meu filho junto para ir vendo e se envolvendo nas “lidas. As mudanças são grandes, tem que sempre se adaptar, mas no início foi mais difícil, viemos de um cultivo manual, com o apoio do preparo da terra com boi e arado, não tinha o uso de agrotóxicos, os pais ensinavam os filhos tudo com o uso da enxada para carpir e limpar a roça. E aqui no reassentamento hoje é lavoura com solo fraco, mais despesas com insumos, com muito uso de fungicidas, custo alto de produção e também no início com despesas de pagar hora máquina, antes de ter um trator forte e equipamentos (ENTREVISTADO J).

As práticas religiosas, de lazer e de educação que existiam antes do reassentamento são parecidas com as rotinas atuais, com algumas pequenas mudanças ao longo dos anos, na Comunidade. As pessoas passaram a conviver menos socialmente e a realizarem menos atividades de lazer, devido à dedicação de um tempo maior para o trabalho. “As práticas religiosas são as mesmas, já fomos mais organizados, mas precisamos de mais união e comprometimento para reativar a parte de lazer da nossa comunidade” (ENTREVISTADO B). “Lá eu participava pouco, participei mais aqui, fui da diretoria, ia a todas as missas. Lá era a mãe, e aqui é a esposa e o filho que me incentivam e já fui presidente da comunidade”. (ENTREVISTADO A). “Lá a gente todos os fins de semana e feriados se reunia e não trabalhava, aqui não se vai à comunidade, aqui não tem mais como, só trabalha e não tem jeito, tem que fazer uma nova diretoria”. (ENTREVISTADO C). “Antes eu ia mais à igreja e agora menos, a gente acaba trabalhando mais, dando mais atenção ao trabalho e esquece a comunidade” (ENTREVISTADO E). “Olha antes de vir para cá, ia todo domingo na igreja, já aqui é diferente, sinto que aqui dificulta, cada um mais em casa, mais trabalho e também umas fofocas” (ENTREVISTADO F). “Eu acho que é a mesma coisa, a missa, a catequese, e umas mudanças diferentes, é que cada um na sua casa, antes se visitavam mais”

(ENTREVISTADO G). “Nós lá em baixo ia todos os domingos, e aqui rezam muito pouco” (ENTREVISTADO J). No processo de reterritorialização dos reassentados houveram transformações culturais e, principalmente, sociais significativas, que segundo os relatos foram negativas, pois as práticas coletivas em comunidade passaram a enfraquecer, e este enfraquecimento é percebido pelos entrevistados como ruim para a coletividade.

Em relação à produção e comercialização dos produtos agrícolas e pecuários, houve uma mudança significativa para todos os entrevistados depois que foram morar no reassentamento. As mudanças ocorreram ao longo dos anos na Comunidade, conforme relatos: “Lá nós trabalhava em grupo aqui cada um por si, e desde o princípio trabalhamos com leite e soja e lá eram produtos de feira” (ENTREVISTADO D). “Para nós aqui mudou por causa das dificuldades por não ter como fazer o bloco de produtor, nós não conseguimos acessar essas coisas e dificuldades do resto” (ENTREVISTADO E). O entrevistado refere-se à questão de não ter o Documento de Posse e autorização de uso do lote no nome do comprador, ou do arrendatário, ou outra forma qualquer de apropriação do lote de terra.

“Mudou, lá era milho e feijão e fumo, e aqui é soja e leite para as cooperativas” (ENTREVISTADO K). “Mudou os preços, o custo de produção é a maior dificuldade” (ENTREVISTADO L). “Mudou o que lá era fumo, aqui é o soja e o preço fica bom” (ENTREVISTADO M). “Mudou bastante, aqui tinha investimento de fumageiras e não tem mais, para mim foi quem mais colheu por mil” (ENTREVISTADO H). “Sempre vai mudando e agora a principal renda vem do leite e soja” (ENTREVISTADO D). “Mudou para leite e soja, lá tinha mais fumo e verduras e aqui logo quando chegamos plantamos verdura e depois veio soja para ter mais renda e depois veio o leite, por motivo de ampliar a renda” (ENTREVISTADO K). “Aqui é o soja e lá era feijão, milho, verduras, fumo e tudo o resto” (ENTREVISTADO M).

Não se aproxima, tentei o plantio de fumo, e um hectare de fumo bem trabalhado rende como 10 hectares de soja. Eu senti muito por ser tão distante e de difícil acesso e mesmo tendo certeza que a monocultura não é viável, mas acabo tendo que plantar soja, o feijão não se adaptou aqui. (ENTREVISTADO H).

Mudou tudo, no início não tínhamos diversidade de alimentos na família e também de animais, tudo tinha que comprar no mercado e agropecuária. No início era muito ruim e difícil, mas encontramos um jeito de produzir praticamente tudo aqui, também. E produzir para vender soja e leite (ENTREVISTADO B)

Mudou, mudou, aumentei a produção e outros animais também, e o problema está sendo os blocos, e os papéis da terra e fica complicado se não poder vender o leite por causa do bloco de produtor, me preocupa, a cooperativa anda meio excluída (ENTREVISTADO F).

Não são significativas as mudanças de comportamento relativas aos hábitos de alimentação depois do reassentamento. As poucas mudanças que ocorreram ao longo dos anos na Comunidade do Reassentamento são em relação ao acesso, diversidade e ao tempo decorrido para plantio e desenvolvimento de cultivares como as frutas. “Não, os hábitos continuam os mesmos, aqui implantamos o jeito de viver como a vida lá na serra, ajustando um pouco. (ENTREVISTADO B). “Agora já tá quase, já tem fruta” (ENTREVISTADO C). “Os hábitos continuam os mesmos e plantamos quase tudo que se come” (ENTREVISTADO F). “Os hábitos vão se aperfeiçoando com o que tem para comer, mas é quase a mesma coisa de antes” (ENTREVISTADO G).

Em relação à assessoria técnica, antes do reassentamento os agricultores eram orientados pelas fumageiras. Quando houve a migração a orientação foi realizada pela EMATER e a Cooperativa. “Lá nos tinha mais, como vou dizer: assistência técnica aqui é pouca” (ENTREVISTADO A). “Aqui pouca assessoria técnica, cada vez menos investimento nessa assessoria técnica no geral. Mas aqui nós temos orientação particular e parcerias pela cooperativa que entregamos o leite. Mas ainda assim é crítica, precisa melhorar” (ENTREVISTADO B). “Lá, Itauba, Linha Somavila, não tinha assessoria e aqui também não” (ENTREVISTADO C). “Lá tinha partes que não ia máquina e aqui vai a toda área de terra. Não, tenho assessoria por falta de legalizar os papéis da terra” (ENTREVISTADO E). As terras que foram vendidas, trocadas ou permutadas não receberão as escrituras do Estado no nome do comprador, pois é ilegal. “Aqui é horrível, a cooperativa só vem aqui para assinar, eu acho ruim” (ENTREVISTADO G). “Antes era das firmas de fumo, mas aqui muito pouco pela cooperativa, mas dá para dizer que não tem assistência, e o que tem é ruim” (ENTREVISTADO H). “Não, nada, a agropecuária ajuda as vezes” (ENTREVISTADO J). “Lá quem dava assistência era o instrutor do fumo e aqui não tem nada, mas quem é que não vai saber planta um pé de milho” (ENTREVISTADO K). “Em comparação, aqui não tem mais, não tem mais a EMATER. No começo vinham os da EMATER e os da cooperativa, mas é só trabalhar, aqui ou lá, a gente vai aprendendo trabalhar” (ENTREVISTADO L).

O sistema produtivo atual sofreu mudanças após a chegada ao reassentamento. As atividades produtivas mudaram e foram sendo adaptadas ao longo dos anos na Comunidade. Os motivos das mudanças são destacados pelo produtor:

Sistema produtivo com mecanização para a soja e também com tecnologia para produção de gado leiteiro e o leite. Mudou muito depois da instalação deste sistema produtivo aqui. E também as conquistas advindas da mecanização própria. Mudou para melhor. Conquistas materiais de melhorias em máquinas e rebanho e também em produção e resultados, e os motivos, são os ganhos em qualidade de vida e de resultados por planejamento adequado de aproveitamento da área total do meu lote de terra, unindo mais a área de minha mãe (ENTREVISTADO B).

Sobre as políticas públicas, as famílias que têm acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, não são a maioria. Ao longo dos anos, houveram mudanças após alguns integrantes, moradores do reassentamento, endividarem-se, tendo que abandonar suas terras e se recolocarem em outras comunidades urbanas ou rurais. Além disso houveram outros dificultadores como o relatado a seguir. “Lá nós não acessávamos os Pronaf e aqui já mudou, tive que acessar, a gente consegue, mas aqui foi difícil por causa de ter que ter um avalista por solidariedade” (ENTREVISTADO A). O avalista por solidariedade é quando mutuamente os agricultores avalizam e garantem com suas assinaturas os empréstimos mutuamente, em transações financeiras nos bancos públicos e cooperativados. “Não, agora não acesso mais nada, mas também pelo caso dos papéis” (ENTREVISTADO E). “Não, sem documentos da terra não acessa nada, estamos irregulares” (ENTREVISTADO G). “Não, não busco acesso a nada, não, não peguei nada no banco, pois nunca pudemos acessar” (ENTREVISTADO H). “Eu nem sei o que falar, mas eu quero falar de ter mais terras mais perto, por que com poucas terras, os filhos tem que ir embora” (ENTREVISTADO M).

Perguntados se há algum motivo que dificulte a sua permanência na comunidade foram apontados dois dificultadores: a falta do bloco do produtor e a falta de regularização da terra. “Principal é o bloco de produtor, agora tenho que fazer tudo à vista e sem subsídio” (ENTREVISTADO F). “Irregular, por estar irregular, (ENTREVISTADO G). “Tô aqui por que não tem como vender” (ENTREVISTADO M). “Nada, aqui tá bom precisava do posto de saúde” (ENTREVISTADO H). Por outro lado, muitas falas dos entrevistados trazem expectativas de melhorias para o futuro no reassentamento, como a construção e o funcionamento de uma Unidade Básica de Saúde -UBS, ou preferencialmente, o funcionamento de uma equipe de trabalho em saúde nas diretrizes das Estratégias de Saúde da Família - ESF.

Ao serem questionados sobre o que consideram importante para que ocorra o fortalecimento da Comunidade, seguem os relatos: “Mas olhamos, nós estamos mal das diretorias da comunidade, tem que ter mais união. Eu acho que entre os moradores tem que ter união para evoluir”. (ENTREVISTADO A). “A primeira coisa é mais união, e também um auxílio técnico gastaria menos tempo trabalhando aqui e sobraria mais tempo para conviver na comunidade” (ENTREVISTADO E). “Aqui tinha que fundar uma associação, uma forma de cooperativa, eu penso que voltar a união, um projeto que una as pessoas e desenvolva renda” (ENTREVISTADO G). “Pra mim não adianta mais, pois estou velho, mas o posto de saúde e o ônibus de arranca dente são importantes” (ENTREVISTADO I). Como eu disse o posto de saúde, também o 1º e o 2º grau e quadra de esportes e estrada”. Hoje o colégio acolhe só o 1º grau, ensino fundamental em turno integral. (ENTREVISTADO L). “Posto de saúde e uma patrulha agrícola aqui dentro do assentamento, agente de saúde e estrada”

(ENTREVISTADO M). Outro entrevistado une vários itens na sua fala e sugere a atenção da gestão pública, com compromisso de melhora e implantação de educação até o ensino médio e unidade de saúde na comunidade: “Considero necessário maior atenção pelos administradores públicos do município, na saúde e no lazer das pessoas dessa comunidade. Também a construção de um imóvel para implantação de um posto de saúde nessa comunidade”. (ENTREVISTADO B).

Ainda outro entrevistado sugere o melhoramento das estradas, que são de difícil acesso e “foram abandonadas pelo poder público municipal” (SIC), responsável pela manutenção, melhoramento e conservação das estradas. “Aqui a estrada é péssima, aqui já arrastei com meu trator muitos ônibus e carros dos barros, não temos assistência, é uma queixa alarmante, é desumano, é exorbitante o estado das estradas” (ENTREVISTADO H).

Parte das famílias que saíram de suas terras no reassentamento não se adaptaram às novas realidades de produção, com predomínio da atividade leiteira e da soja, pois são necessários investimentos significativos em insumos e maquinários agrícolas, e a produtividade depende diretamente de investimentos em cobertura de solo. É importante salientar que parte das famílias que saíram voltaram para terras semelhantes às antigas de origem, às margens do alague do Rio Jacuí.

Enfim, busca-se identificar possíveis soluções para minimizar as dificuldades que os agricultores familiares enfrentam para o desenvolvimento de suas atividades no meio rural na comunidade reassentada. Pode-se dividir as estratégias em duas: a estrutural e a conjuntural.

Na primeira delas, as estratégias que poderiam fortalecer o desenvolvimento dessa Comunidade são: o nível de infraestrutura, com boas estradas para melhoria da mobilidade rural, atendimento local em saúde e escolas até o ensino médio. Por outro lado, as estratégias conjunturais vão além destas, são questões que fazem parte da realidade regional. São produtores que vieram de outra realidade, com produção de fumo, e se depararam com a produção de grãos. Esses produtores perceberam dois caminhos a seguir: ou vendiam a área e migravam para outro local, o que fez a maioria deles, já que apenas oito são oriundos do reassentamento do MAB ou ainda, como fez um dos entrevistados, arrendando sua área de terras e vivendo com uma aposentadoria somada ao valor do arrendamento da lavoura. E outros atores sociais itinerantes são os arrendatários, que plantam vários lotes de terras que foram abandonados pelos migrantes que mudaram-se para outra propriedade rural ou centro urbano, pagando o arrendamento em sacas de soja.

Considerações finais

Quando se estabelece um grande empreendimento hidrelétrico este afeta o cotidiano de muitas famílias que tem que sair do seu território consolidado, que será alagado, para

morar e trabalhar em um novo espaço. Tal contexto foi analisado neste trabalho ao se estudar as transformações territoriais oriundas das configurações socioeconômicas e culturais ocorridas com os agricultores familiares atingidos pela Barragem de Dona Francisca em um reassentamento organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, no Estado do Rio Grande do Sul.

Diante dos dados obtidos e análises construídas constatou-se que a compreensão das questões relativas a apropriação territorial visando transformar o novo habitat em território são difíceis tanto a nível estrutural como conjuntural.

Considerando a caracterização do reassentamento constatou-se que este fica localizado a 34 km de distância da cidade mais próxima, tendo ônibus somente três vezes por semana, e as estradas são precárias sendo que até os carros pequenos têm dificuldades de locomoção, o que acarreta constantes manutenções onerando as famílias.

No que tange as estratégias de desenvolvimento dos reassentados frente ao cenário com que estes se depararam na região se comparados ao anterior, antes da migração; os limites, desafios e potencialidades foram e são de trabalho duro, dedicação e muita determinação.

Em se tratando das transformações na organização social, econômica e cultural dos agricultores reassentados nesta comunidade há um processo de isolamento social, todos dedicam muito tempo para o trabalho e pouco tempo para a convivência social em comunidade, além da perda das relações de vizinhança como a ajuda mútua em épocas de colheita.

Além disso, se faz necessário empreender em busca de estratégias de coordenação e análise técnica, trabalhos em grupos, fortalecimento de vínculos sociais e entendimentos de como produzir no campo/lavoura, tendo uma patrulha agrícola para corroborar nas etapas produtivas e para comercializar com as cooperativas e as empresas.

As populações ameaçadas por barragens, inicialmente de forma ampla e generalizada, resistem às mudanças e ao processo de desterritorialização e, neste estudo, percebeu-se que as pessoas envolvidas compartilharam angústias semelhantes, decorrentes da saída das terras atingidas por barragens serra/roça para as propriedades destino campo/lavoura. A maioria das famílias migrantes das áreas das barragens expressam suas preocupações com o rompimento dos laços comunitários anteriores, a relação com o rio e a perda material das condições de vida das suas famílias.

Portanto são muitos os desafios para a transformação do novo habitat em território por estes reassentados pelo MAB. Ao serem retirados de seu lugar de origem e colocados em outro, os mesmos tiveram suas escolhas limitadas. Quando se deparam com outra realidade e com dinâmicas endógenas dos territórios diferentes e, particularmente, na especificidade

dos seus modos de organização social, tiveram dificuldades para criar bases à apropriação do “novo território” de reassentados. A sugestão para amenizar este problema seria o resgate do agir local pelas antigas práticas da comunidade, seja através do patrimônio cultural ou pela incorporação diferenciada de antigas técnicas agrícolas nas práticas produtivas. A ação se conformaria em uma reterritorialização visando despertar a atenção dos assentados para a valorização do “seu” novo território, da nova configuração territorial descrita neste trabalho, como campo/lavoura.

Referências

- FRANTZ, T. Ri. **As Granjas de Trigo e Soja**: gênese e evolução de um grupo de agricultores capitalistas no planalto do Rio Grande do Sul. 1980. 406 f. (Tese de Doutorado). Universidade de Paris I Pantheon: Sorbonne: Paris, 1980.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.
- HEIDRICH, A, L. **Além do Latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: 1985. CD-ROM.
- _____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 mai. 2016.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: mai. 2012.
- MAB – MOVIMENTO DE ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Final da Década de 70**: os primeiros passos. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em: dez. 2016.
- MARQUES, M. **A Identidade Água Abaixo**: os reassentamentos da usina Hidrelétrica Dona Francisca. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, 2005.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes. 2001.
- RIBEIRO, J. L. D; NODARI, C. T. **Tratamento dos Dados Qualitativos**: técnicas e aplicações. Porto Alegre: PPGEU/UFRGS, 2001.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROSSATO, E. **História de Fortaleza dos Valos**. Fortaleza dos Valos: [s.n.e], 1988. 197 p.

SILVA, R. G. S.; SILVA, V. de P. Os atingidos por barragens: reflexões e discussões teóricas e os atingidos do Assentamento Olhos D'Água em Uberlândia-MG. **Sociedade & Natureza**, 23(3), 39, 2011.

SOARES, N. B.; FROEHLICH, J. M.; MARQUES, M. M. S. A Identidade Água Abaixo: os reassentados da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) - RS. In: SOBER -CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2007, Londrina. **Anais Eletrônicos...** 2007.

Sobre os autores

Claudia Maria Prudêncio de Mera – Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ); Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente na Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.

Denisa Soares – Graduação em Psicologia pela Faculdade da Serra Gaúcha – Caxias do Sul, Rio Grande do Sul; Mestrado profissional em andamento em Desenvolvimento Rural pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) – Cruz Alta, Rio Grande do Sul, Brasil.

Suzimary Specht – Graduação em Geografia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente do curso de Gestão Ambiental na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Roni Blume – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Mestrado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Doutorado em Agronegócio pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Docente do curso de Agronegócio na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Como citar este artigo

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 62-84, jan.-mar. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as) **Claudia Maria Prudêncio de Mera, Denisa Soares, Suzimary Specht e Roni Blume**. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Denisa Soares** ficou especialmente responsável pela aquisição de dados; a autora **Suzimary Specht** pelo desenvolvimento

teórico-conceitual; a autora **Claudia Maria Prudêncio de Mera** pela interpretação e análise;
e o autor **Roni Blume** pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2017.
Devolvido para a revisão em 15 de setembro de 2017.
Aceito para a publicação em de setembro de 2017.
